

SUMÁRIO

PARTE I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS FUNDAMENTAIS: BASES ESTRUTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PROBATÓRIO RACIONAL E CONTROLÁVEL NO ÂMBITO FÁTICO-PROBATÓRIO CRIMINAL	49
A. CONCEITOS INICIAIS SOBRE O DIREITO PROBATÓRIO NA SEARA PENAL: PREMISSAS PARA A COMPREENSÃO DA OPERABILIDADE DO JUÍZO DE FATO	49
1. Breviário sobre a discussão da verdade: um debate (ainda) necessário	50
1.1 A verdade como correspondência no processo penal: o consenso e a crença não produzem verdade ...	63
1.2 A correlação entre prova e verdade: a relevância da reconstrução (possível) dos fatos para o Direito Processual Penal (decisão correta)	79
2. O raciocínio probatório: a dedução, a indução e a abdução	90
3. A probabilidade das afirmações em juízo: a decisão judicial sobre os fatos tomada em um cenário de incerteza ...	102

4.	A distinção entre os contextos de descobrimento, formação, valoração, decisão e de justificação acerca da prova no processo penal.....	113
B.	ANÁLISE DOS MODELOS PROBATÓRIOS E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS: UMA VISÃO EM TERMOS DE TIPOS IDEAIS E O ENFRENTAMENTO PRÁTICO-JURÍDICO	123
1.	O modelo probatório subjetivo: a visão irracionalista da prova	124
1.1	A crença (convencimento) do julgador como cerne do sistema probatório e o significado de “p está provado”	131
1.2	O livre convencimento na perspectiva subjetiva e o convencimento como padrão de correção	135
2.	O modelo probatório objetivo: a visão racionalista da prova	143
2.1	A aceitação como cerne do sistema probatório objetivo e o significado de “p está provado”	148
2.2	O livre convencimento na perspectiva objetiva e o papel da verdade (como correspondência) como padrão de correção	153
3.	A análise da tendência subjetivista da prática jurídico-penal brasileira: o Livre convencimento e a interpretação jurisprudencial do artigo 155 do CPP	156
4.	A necessidade de se repensar o modelo probatório penal brasileiro: a estipulação de critérios de valoração e de <i>standards</i> de prova objetivos como imperativos de garantia da segurança jurídica.....	163

PARTE II

A CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS OBJETIVOS DE CONTROLE INTERSUBJETIVO DA VALORAÇÃO E DA DECISÃO ACERCA DOS ENUNCIADOS DE FATO NO PROCESSO PENAL.....	175
A. AS INFERÊNCIAS E OS PARÂMETROS DE CONTROLE DA VALORAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA NA SEARA PENAL.....	175
1. O perfil conceitual das inferências probatórias: as inferências empíricas (generalização empírica), normativas (presunções legais) e conceituais.....	176
2. O perfil funcional da valoração da prova e das inferências probatórias: a adequação e sustentação da hipótese fática	188
2.1 O papel da inferência nas provas “diretas” e “indiretas” (em especial na prova indiciária).....	193
3. Os critérios de solidez da valoração da prova e das inferências probatórias: parâmetros para se aferir o grau de aceitação (justificação) da comprovação de uma hipótese fática (“ <i>warrant</i> ”).....	199
3.1 Critérios ligados aos meios e elementos de prova (fiabilidade e suficiência).....	206
3.2 Critérios ligados à hipótese fática (não refutação, derivação, singularidade, coerência, simplicidade e capacidade explicativa)	223
3.3 Critérios ligados à inferência (suficiência da fundamentação lógica e probabilidade causal).....	231
B. OS Standards DE PROVA COMO PARÂMETROS DE CONTROLE DA DECISÃO FÁTICO-PROBATÓRIA NA SEARA PENAL.....	239
1. O perfil conceitual dos <i>standards</i> de prova: a significação jurídico-processual.....	239

2. O perfil funcional dos *standards* de prova: a função decisória (critério de exigência para a tomada da decisão), a função orientativa dos sujeitos processuais, a função justificadora e a distribuição dos erros..... 247
3. A Legitimidade para realizar a definição dos *standards* de prova: o compartilhamento de funções entre a jurisdição e a legislação 259
4. A estruturação dos *standards* de prova: afinal, como eles devem ser definidos? Em busca de uma construção operativa: a estipulação de critérios mínimos..... 267
- 4.1 Os critérios metodológicos formais (redação) e materiais (epistemológicos) 277
- 4.1.1 A exigência de os *standards* cumprirem uma tarefa de controle e de limite à discricionariedade judicial no juízo de fato: a procura pela precisão linguística (a gradualidade entre a vagueza e a precisão) e a necessidade de vinculação à capacidade justificativa do acervo probatório 277
- 4.1.2 A necessidade de os *standards* de prova estarem ordenados em um nível de exigência progressiva, a depender das distintas fases do procedimento 284
- 4.1.3 A exigência de estipulação do grau de suficiência probatória com base em critérios não quantitativos (ou numéricos) 296
- 4.2 Os critérios políticos-morais (valorativos)..... 300
- 4.2.1 A análise da gravidade do erro sobre a perspectiva dos falsos positivos 304
- 4.2.2 A análise da gravidade do erro sobre a perspectiva dos falsos negativos 311
- 4.2.3 A (im)possibilidade de rebaixamento dos *standards*: apreciação das dificuldades probatórias e da gravidade da sanção de cada espécie de tipo penal 317

5.	O cotejo da aplicabilidade dos <i>standards</i> em conjunto com o ônus da prova.....	326
6.	Alguns exemplos (disfuncionais) de <i>standards</i> adotados no processo penal brasileiro (<i>law in the books x law in action</i>) e a necessidade de construção de novos modelos	329
7.	Análise de propostas alternativas e a busca por uma formulação ideal para o processo penal brasileiro.....	334
8.	Os <i>standards</i> de prova no âmbito da justiça penal negocial	350

CONCLUSÃO	365
------------------------	-----

REFERÊNCIAS	371
--------------------------	-----